



# Apagamento de memórias e Políticas de Informação: os museus em uma perspectiva feminina<sup>1</sup>

## *Erasure of Memories and Information Policies: Museums from a Feminine Perspective*

**Cristiane Ferreira de Moura<sup>2</sup>**

**Rosane Suely Alvares Lunardelli<sup>3</sup>**

### RESUMO

Que medida o compartilhamento da informação e do conhecimento reproduz práticas de invisibilização na representação das mulheres no contexto da museologia? O presente ensaio aborda o papel subalterno atribuído às mulheres na produção de informação e conhecimento, a concentração de capital cultural em países e empresas dominantes e a dinâmica de autolegitimação das indústrias culturais, destacando a importância da História das Mulheres e a necessidade de políticas de informação que considerem a problemática de gênero, promovendo a emancipação feminina e combatendo a discriminação. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma discussão conceitual acerca do compartilhamento da informação sobre mulheres em museus, arquivos e sistemas de organização do conhecimento, evidenciando a necessidade de novas perspectivas de análise e a formulação de políticas públicas para garantir a igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

**Palavras-chave:** Políticas de Informação; Museus; Compartilhamento da informação; Ciência da Informação; História das Mulheres.

<sup>1</sup> O ensaio foi realizado com o apoio financeiro para uma bolsa de mestrado da Coordenação de Pessoal de Nível Superior, Brasil (CAPES).

<sup>2</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL), Londrina, Brasil. Bolsista Capes. <https://orcid.org/0009-0006-7082-3813>. E-mail: [moura.crisf001@uel.br](mailto:moura.crisf001@uel.br)

<sup>3</sup> Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5405-072X>. E-mail: [lunardelli@uel.br](mailto:lunardelli@uel.br)

## ABSTRACT

*To what extent does the sharing of information and knowledge reproduce practices of invisibilization in the representation of women in the context of museology? This essay addresses the subordinate role attributed to women in the production of information and knowledge, the concentration of cultural capital in dominant countries and corporations, and the self-legitimizing dynamics of cultural industries. It highlights the importance of Women's History and the need for information policies that consider gender issues, promoting female emancipation and combating discrimination. To achieve this, a bibliographic review and a conceptual discussion were conducted on the sharing of information about women in museums, archives, and knowledge organization systems, emphasizing the need for new analytical perspectives and the formulation of public policies to ensure gender equality and women's empowerment.*

**Keywords:** *Information Policies; Information sharing; Information Science; Women's History.*

## 1. INTRODUÇÃO

Inúmeros debates relacionados ao desenvolvimento tecnológico no século XX, partem do princípio de que as empresas de tecnologia teriam sido as principais indutoras de desenvolvimento. Esse tipo de crença é observado no deslumbre que observamos nas redes sociais em relação a bilionários de tecnologia, como Bill Gates, Steve Jobs, Jeff Bezos e Elon Musk.

De acordo com essa perspectiva, as empresas são enunciadas como disruptivas e revolucionárias, pois suas tecnologias transformam a vida de bilhões de pessoas provocando transformações estruturais profundas no sistema econômico vigente. As empresas parecem independentes e ágeis, diferentemente do Estado, que é visto como uma entidade lenta, burocrática e, de certo modo, desnecessária. Para muitos daqueles que defendem a perspectiva do Estado mínimo, as empresas deveriam ser livres de impostos, pois seus lucros, reinvestidos, gerariam ainda mais riqueza, promovendo, como consequência, o bem-estar da coletividade. Sua racionalidade parece inquestionável.

Contudo, essa visão oculta o essencial. Em primeiro lugar, para que essas empresas pudessem emergir e viabilizar seus negócios, foi fundamental um investimento prévio na própria infraestrutura que possibilitou esse desenvolvimento industrial. Do telégrafo aos satélites, a participação do Estado na criação das condições básicas em que esses empreendimentos pudessem atuar foi decisiva. E, naturalmente, antes disso, os próprios caminhos que seriam trilhados pela economia digital foram concebidos nas disputas e consensos que consolidaram determinadas políticas de informação.

Não é possível compreender as tecnologias sem situá-las no seu próprio contexto

histórico. Resultado de uma convergência entre interesses políticos e empresariais desde a Revolução Industrial, o papel central de todos os processos de automação desenvolvidos na economia capitalista tem sido intensificar o próprio capitalismo por meio da descentralização dos processos de produção, do encurtamento do espaço e da aceleração do tempo – tal como define Harvey (1992). Em outras palavras, o objetivo é sempre produzir mais, de forma ainda mais rápida, a custos mais baixos. Nesse sentido, o próprio paradigma tecnológico indica um conjunto de intenções que as fundamenta. Mais uma vez, deve-se partir do princípio de que tecnologias não são neutras e, portanto, só são concebíveis a partir de decisões prévias a respeito do sentido de seus usos.

Um dos exemplos das intencionalidades nas tecnologias pode ser observado no direcionamento que o consumo de dispositivos estabeleceu a partir da distinção de gênero. Não é difícil notar, nas revistas direcionadas ao público feminino do passado, que a indústria tecnológica designada para consumo das mulheres se restringia a eletrodomésticos e cuidados com o lar.

Produto de seu tempo, as tecnologias não apenas refletiam essa sociedade desigual, mas a fortaleciam por meio da consolidação de estereótipos. Na verdade, para sustentar aquele modelo econômico, era imperioso que tecnologias fossem empregadas para atribuir um sentido moderno à tradicional exploração do trabalho não remunerado feminino. As concepções da mulher tecnológica na era de ouro americana estão repletas de imagens de aspiradores com *design* futuristas, fogões com acendedores automáticos e outros apetrechos. Essas configurações não são casuais, pois se relacionam com iniciativas institucionais de manutenção de poder que estruturaram a sociedade.

O Estado moderno sempre se preocupou com os problemas complexos advindos da guarda, da gestão e da distribuição estratégica da informação. Do desenvolvimento da escrita ao desenho de mapas, da criação de arquivos e bibliotecas à disseminação das instituições de ensino – com as suas devidas políticas educacionais, que elegem prioridades, estabelecem cânones e selecionam os saberes considerados essenciais para serem compartilhados –, a centralidade da informação, enquanto instrumento de poder, é um elemento decisivo da sociedade tecnológica do século XXI.

Ao se considerar o conhecimento científico como um dos pontos altos do projeto civilizacional do ocidente capitalista – ou, nas palavras de González de Gómez (2002), “da racionalidade funcional produtivista” –, constata-se, mais uma vez, a importância das políticas que estabeleçam as diretrizes para o uso da informação. Essa discussão inclui o papel subalterno atribuído aos países periféricos na produção de informação e de conhecimento. Mais do que isso, o debate inclui as estratégias de silenciamento e, por outro lado, de concentração de capital cultural em países – e, naturalmente, em suas empresas multinacionais – que empregam seu poder econômico para impor seus próprios paradigmas econômicos ou, em outras palavras, para estabelecer as

regras do jogo. Um exemplo pode ser observado na dinâmica de autolegitimação das indústrias culturais.

O sistema dos grandes estúdios de cinema, o mercado de música, as editoras internacionais, as agências globais de publicidade, os conglomerados de mídia – e, desde o início do século XXI, as gigantes de tecnologia, que, depois de dominarem a economia digital, passaram a incorporar as empresas tradicionais de mídia – controlam todas as etapas da circulação cultural (da produção à distribuição), de modo que toda a cadeia de informação – das salas de cinema aos serviços de *streaming*, de livrarias a grandes redes de varejo – prioriza o consumo da produção cultural das próprias empresas do circuito, estabelecendo barreiras efetivas à circulação da produção cultural de economias não-dominantes, a despeito do discurso de democratização. Em termos diretos: Hollywood, a indústria americana, continua dominante na Netflix, uma empresa americana. E a produção cinematográfica internacional permanece esporádica, periférica e silenciada.

Uma dinâmica análoga ocorre em espaços de memória, como museus e seus arquivos. Enquanto grupos privilegiados produzem ampla diversidade de documentos formais e informais nas mais diversas modalidades de registro e garantem a sua salvaguarda, impondo-se na História em seus próprios termos, os grupos que historicamente sofreram e sofrem preconceitos de raça e gênero são negligenciados também nesta dimensão. Do mesmo modo que economias impõem seus paradigmas tecnológicos e suas indústrias ao custo da subalternização e do silenciamento, as políticas de informação, ao privilegiarem determinados projetos, promovem o ocultamento das perspectivas históricas alternativas. Tal como, por exemplo, a História das Mulheres, um campo que tem problematizado a perspectiva tradicional de história.

De acordo com o cenário apresentado, questiona-se o modo como o compartilhamento da informação em museus pode reproduzir práticas de invisibilização das mulheres, debatendo também conceitos essenciais ao problema. Tal como observa Alcará *et al.* (2009, p. 171), o compartilhamento do conhecimento pode ser definido como “uma cultura de interação social em que ocorre a troca de conhecimentos, experiências e habilidades”. Essa interação pode se referir, por exemplo, ao interesse em se comunicar ativamente com os outros ou à ação de consulta ativa para aprender com as pessoas. Contudo, essa relação não é destituída de complexidade. “As intenções e ações para o compartilhamento podem sofrer influências de diferentes fatores” (Alcará *et al.*, 2009, p. 172).

Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória. Em termos metodológicos, Garcia (2016) explica que a pesquisa bibliográfica e a revisão de literatura são conceitos distintos, embora, muitas vezes, confundidos. A revisão bibliográfica, parte essencial de qualquer pesquisa, visa fundamentar teoricamente o trabalho e apresentar o estado da arte do tema. Já a pesquisa bibliográfica, um tipo específico

de pesquisa, utiliza fontes bibliográficas para responder a um problema de pesquisa pré-definido e apresentar novas contribuições ou hipóteses. Apesar de utilizarem as mesmas fontes de dados, a pesquisa bibliográfica vai além da simples compilação de informações, buscando gerar novos conhecimentos e resultados originais. A revisão de literatura preliminar foi realizada por meio de pesquisa na plataforma Google Acadêmico, no Portal de Periódicos da Capes e no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto, utilizando as palavras-chave “representação mulheres museu ciência informação”. Considerou-se, no parâmetro linguístico, apenas a produção acadêmica realizada em Língua Portuguesa. No parâmetro cronológico, com o objetivo de ressaltar a produção recente, foram selecionados os trabalhos realizados a partir dos anos 2000. Na definição de fontes consultadas, investigou-se teses, dissertações e artigos publicados em periódicos.

## **2. POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E APAGAMENTO DE MEMÓRIAS**

Em “Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história”, Irene Vaquinhas (2014) analisa os museus da mulher criados a partir dos anos 1980. Para isso, realizou um levantamento dos principais museus de temática feminina no cenário internacional e problematizou o conceito de museologia de gênero. A partir de desdobramento da análise, o próprio protagonismo da nova geração de museólogas foi observado.

Do mesmo modo, em “Museus, mulheres e gênero: olhares sobre o passado para possibilidades do presente”, Bruno César Brulon Soares (2019) parte do princípio de que o papel das profissionais de museologia se mostrou, ao longo da história, submetido à tutela masculina, em uma tradição que foi reproduzida e naturalizada nas instituições. Por meio de análise histórica, Soares (2019) observa uma dinâmica de subversão da dominação masculina por meio da mudança do papel desempenhado pelas museólogas brasileiras no século passado. Essa mudança tem sido essencial para a transformação do modo pelo qual as mulheres são representadas.

Carlos Cândido de Almeida (2021), em “Epistemologias feministas e Ciência da Informação: notas introdutórias”, pontua as discussões que permeiam os conceitos feministas no campo. Por meio da abordagem bibliográfica, o estudo aponta os desafios de se pensar o feminismo como uma corrente coesa. O autor apresenta o empirismo, o ponto de vista e o pós-modernismo feministas como formas de responder aos problemas epistemológicos da ciência, fundamentais para a reflexão entre feminismo e ciência. Almeida, na mesma obra, conclui que uma das lacunas importantes diz respeito à necessidade de superar o relativismo e aplicar princípios de realismo e objetivismo aperfeiçoados pela visão das mulheres. Em um desdobramento desta pesquisa, no artigo “Epistemologias feministas e Ciência da Informação: estudos

e implicações”, Almeida e Segundo Manuel (2021), por meio de um levantamento bibliográfico, delimitam a discussão epistemológica e analisam as especificidades dos estudos que revisam a questão do gênero e da mulher na Ciência da Informação. De forma analítica, concluem que trabalhos crítico-revisionistas possuem problemas de uso da linguagem na reprodução de preconceitos, indicando a necessidade de investir em uma abordagem feminista no campo.

Silva e Jorente (2021), no artigo “A semantização das representações imagéticas em ambientes digitais de museus do feminino”, analisaram as contribuições de Walter Benjamin na reflexão a respeito de organização e apresentação da informação em acervos digitais, ressaltando a questão feminina. O foco foi a convergência de linguagens relativas ao surgimento do Design da Informação. Para realizar o estudo, de natureza qualitativa, fundamentada no tipo descritivo-exploratório, as pesquisadoras efetuaram levantamento bibliográfico e análise do *National Museum of Women in the Arts* na perspectiva da Ciência da Informação. Elas concluíram que a visão feminina desses processos contribuiu para viabilizar o acesso e o compartilhamento da informação na busca de fundamentos para discussões sociais na contemporaneidade.

Entre as dissertações recentemente defendidas no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília-SP, evidencia-se a “A função social da representação: uma análise da representação documentária sobre mulheres e feminismos na organização do conhecimento”, de Amanda Mendes da Silva (2023), que mapeia as produções acadêmicas acerca do domínio das mulheres nas linguagens documentárias e sistemas de organização do conhecimento. A pesquisadora argumenta que a Ciência da Informação, responsável pela organização do conhecimento socialmente produzido, possui a prerrogativa de instituir espaços para a representação plural da expressão de gênero nos sistemas de recuperação da informação. Assim, ela identificou as metodologias e perspectivas mais utilizadas, notando a predominância de pesquisas a respeito da desigualdade de gênero, ética nos sistemas de organização do conhecimento e melhoria de representações terminológicas. Um tema essencial ao campo.

No artigo “Percepções sobre a linguagem museológica do Museu Histórico de Londrina, Bruno Sanches Mariante da Silva (2016), investigou o caso da exposição temporária “Cuidar, Curar, Lembrar – memória da saúde em Londrina”, observando as linguagens museológicas empregadas para se comunicar com o público desses espaços. Silva concluiu que a exposição foi sustentada em uma perspectiva personalista e elitista, “dissonante da diversidade e pluralidade às quais ele anunciadamente se propunha com tal montagem museológica” (Silva, 2016, p. 275).

Observa-se, com isso, que a produção acadêmica no campo da Ciência da Informação tem buscado sistematizar os conceitos para oferecer novas perspectivas de análise. Como lembram Martins, Lunardelli e Aleixo (2023, p. 106), “embora seja

crescente o interesse pelos arquivos de pessoas, é necessário que os pesquisadores elaborem discussões teóricas que irão contribuir para a prática”. E uma das questões de interesse na presente pesquisa diz respeito à formulação de uma interpretação crítica a respeito desse paradigma tecnológico que, ao lado de um discurso que prega amplo acesso e uso da informação, silencia as experiências que contrariam as expectativas do modelo econômico, tal como a história das mulheres.

### **3. A PERSPECTIVA FEMININA NA HISTÓRIA**

A discussão acerca da perspectiva feminina na História e nos processos de institucionalização de espaços de memória é recente. Resultado de um longo processo de inserção de pesquisadoras em diversos campos, o tema tem demandado várias modalidades de pesquisa. Em primeiro lugar, constatou-se que, para compreender as lutas atuais pela emancipação feminina, é indispensável contar a História das Mulheres por meio da perspectiva delas.

A partir dessa consciência, um conjunto de ações que visam não apenas à compreensão, mas à desconstrução de paradigmas, passou a integrar o debate público e estimular a produção científica nas Ciências Humanas e Sociais. “Até mesmo uma breve exposição às experiências vivenciadas por mulheres do passado, como em oficinas e seminários, tem profundo efeito psicológico nas participantes” (Lerner, 2019, p. 27).

Ainda assim, estudos indicam que mesmo as produções científicas feministas não têm pleno acesso à produção histórica a respeito das mulheres. Como consequência, o conhecimento com relação ao seu passado ainda é escasso. É verdade que, a partir da década de 1980, houve um crescimento da produção sobre História das Mulheres. No entanto, Lerner (2019) observa que persiste o distanciamento entre a pesquisa histórica e a crítica feminista em outros campos – tal como a Ciência da Informação e a Museologia. “Antropólogos, críticos literários, sociólogos, cientistas políticos e poetas já apresentaram trabalhos teóricos com base na ‘história’, mas a obra de especialistas em História das Mulheres não se tornou parte do discurso comum” (Lerner, 2019, p. 27).

Para Lerner, esse distanciamento justifica a necessidade de intensificar estudos interdisciplinares a respeito da relação das mulheres com a História. As mulheres sempre se posicionaram como sujeitos da história, considerando ser mais da metade da humanidade. Assim, além de contribuírem para a construção da civilização, também atuaram na preservação da memória coletiva, fortalecendo tradições culturais e estabelecendo elos entre as gerações. Grande parte dessa tradição oral é mantida viva no folclore, na arte e nos mitos. A ciência da História, contudo, é resultado da invenção da escrita e de outros registros que possibilitaram a preservação e, conseqüentemente, a seleção e a crítica que proporciona significados a esse material. Mas até o passado

recente, historiadores eram predominantemente homens que registravam o que homens haviam realizado e o que eles consideravam significativo.

Essa realização preponderantemente masculina foi chamada por eles de “História Universal”. E, nas palavras de Lerner (2019, p. 28), “o que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada”. Ou seja, o conhecimento histórico produzido pelo paradigma masculino representou as mulheres em atividades definidas como secundárias em termos históricos, desconsiderando sua importância na construção da sociedade. Nesse processo, os registros do passado omitiram as realizações das mulheres – ou as registraram de maneira parcial, distorcendo a história e contando outra narrativa criada exclusivamente a partir do ponto de vista da metade masculina da humanidade. Para Lerner (2019) este é um erro conceitual que precisa ser corrigido. É verdade que outros grupos subalternos, como os camponeses, os escravos e os proletários, também foram negligenciados em registros históricos. Mas, enquanto homens e mulheres sofreram discriminação por razões de classe, as mulheres também sofreram por causa do seu sexo. De acordo com esse contexto, o fazer História, compreendido como a ordenação e interpretação do passado, foi negado às mulheres, colocando-as em uma posição de marginalização. Mas as mulheres jamais deixaram de atuar no processo de construção de uma sociedade, uma vez que “são e sempre foram sujeitos e agentes da história” (Lerner, 2019, p. 29).

Estudar a História sob a ótica da perspectiva das mulheres como sujeito social apontou que, “mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão” (Federici, 2017, p. 27). Ou seja, mesmo quando foram impedidas de conhecer e de interpretar a própria história, as mulheres fizeram história. Contudo, “foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis. Elas não apenas vêm sendo privadas de educação ao longo da história em toda sociedade conhecida, mas também excluídas da formação de teorias” (Lerner, 2019, p. 29).

Segundo Federici (2017, p.30), para entender o papel da mulher na História é preciso situá-la no contexto das relações capitalistas mais precisamente no momento de transição do feudalismo para o capitalismo quando houve

[...] a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal não deixam dúvidas quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista (Federici, 2017, p. 30).

#### 4. INFORMAÇÃO E MUSEOLOGIA

No campo da museologia, o acervo é a estrutura que sustenta uma instituição coletora e gerenciadora de documentos. Por isso, observar os valores culturais que condicionam o trabalho do curador de uma instituição é uma abordagem imprescindível. Carvalho e Lima (2000) argumentam que uma coleção sistemática não está, evidentemente, isenta de historicidade. Seus princípios de organização implicam em operações racionais de seleção de objetos que representariam a realidade material observável. Contudo, essas escolhas não são neutras. “Elas carregam do passado uma herança que não deve ser ignorada, sobretudo no caso das coleções vinculadas à estrutura disciplinar fundada na compartimentação do conhecimento” (Carvalho; Lima, 2000, p. 19). Assim, observa-se que a pesquisa deve sempre analisar criticamente os objetivos curatoriais expressos no esforço de preencher lacunas, integrar conjuntos, estabelecer nexos ou construir cronologias.

Nem sempre as coleções sistemáticas apresentam publicamente seus critérios de seleção por intermédio de instrumentos de pesquisa ou de exposições. Esse ocultamento impõe problemas ao entendimento das especificidades de alguns tipos de documento como a fotografia. As mais diversas estratégias para a formação de coleções englobam um conjunto de atividades. A documentação de coleções e arquivos implica em um conjunto de tarefas, “tais como descrição, pesquisa contextual e bibliográfica, entrevistas, sempre de uma perspectiva remissiva que permita estabelecer ligações ou colocar em confronto os diversos documentos” (Carvalho; Lima, 2000, p. 21). Essa dinâmica é condicionada em diversas instâncias da trajetória da incorporação institucional – incluindo descartes empreendidos pelos doadores e perdas por deterioração. Por tudo isso, há a consciência de que a instituição não tem condições de reunir todos os vestígios materiais daquela atividade. Contudo, essas lacunas não devem ser ignoradas, mas problematizadas. “As atividades curatoriais, portanto, implicam em lidar com essa complexidade de fatores, relações e funções, tendo a cultura material como horizonte” (Carvalho; Lima, 2000, p. 22).

A presença da mulher na curadoria de museus tem desempenhado um papel fundamental na ressignificação das narrativas históricas e culturais, promovendo uma abordagem mais inclusiva e representativa. Historicamente, tal como em outros campos profissionais, a museologia foi um campo dominado por homens; as escolhas curatoriais refletiam essa hegemonia, resultando em uma sub-representação feminina nos acervos e exposições. No entanto, à medida que mais mulheres assumem posições de liderança na curadoria, há uma transformação no olhar sobre o patrimônio cultural, com a valorização de perspectivas femininas e de grupos historicamente marginalizados.

Albuquerque (2021) também parte do princípio de que, tal como demais documentos, fotografias em museus devem se orientar por políticas e parâmetros de tratamento

que considerem fatores intrínsecos e extrínsecos em consonância com os objetivos da instituição. Assim, avalia que a compreensão crítica dos processos de registro do conteúdo e do contexto de documentos iconográficos em museus é essencial para sua recuperação e inteligibilidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pelas Nações Unidas. Para isso, almeja-se combater todas as formas de discriminação contra as mulheres, eliminar as formas de violência física e simbólica, reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e as tarefas domésticas não remuneradas, assim como garantir “a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (ONU, 2015, p. 24).

Para a realização destas metas, é indispensável a formulação de políticas públicas para garantir às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, ao acesso à propriedade e ao controle sobre serviços financeiros. Além disso, se faz necessária a amplificação do uso de tecnologias de informação e comunicação para promover a autonomia, a liberdade e o empoderamento das mulheres. Ainda hoje, há muitas áreas do mundo do trabalho em geral – e das tecnologias em particular – que ainda são circunscritas ao domínio masculino.

Entre essas políticas públicas, entende-se que é importante estabelecer um debate conceitual a respeito do papel das políticas de informação voltadas à emancipação feminina. Devido às características de seu próprio paradigma, a história da apropriação empresarial da informação e do conhecimento científico na era tecnológica continua relegando às mulheres um papel secundário.

Por isso, no que diz respeito aos museus, a atuação feminina na curadoria vai além da simples gestão de acervos; ela envolve a revisão crítica dos critérios de seleção e exibição, bem como a implementação de políticas de informação que assegurem a visibilidade das contribuições das mulheres na história. Conforme apontam estudos sobre museologia e gênero, a curadoria exercida por mulheres, muitas vezes, busca questionar as estruturas tradicionais de poder e desafiar os discursos hegemônicos que perpetuam desigualdades. Assim, o trabalho dessas profissionais se torna essencial para combater o apagamento de memórias e construir um ambiente museológico mais democrático e representativo.

Além disso, a curadoria feminina tem sido responsável por importantes iniciativas de valorização da História das Mulheres, promovendo exposições e projetos educativos que destacam suas experiências e lutas ao longo do tempo. Isso não apenas contribui para a emancipação feminina, mas também amplia o acesso à informação e ao

conhecimento, fomentando uma sociedade mais consciente da diversidade de suas narrativas. Dessa forma, a mulher curadora não apenas preserva a cultura material, mas também redefine os significados atribuídos ao patrimônio, tornando-o mais inclusivo e acessível a todos.

As transformações sociais advindas das lutas das mulheres por espaços na vida pública precisam se aprofundar e parte desse aprofundamento diz respeito à reflexão de base nas próprias políticas de informação, que não podem deixar de assumir a problemática de gênero. Uma sociedade que diz se orgulhar de seus avanços tecnológicos deve refletir sobre as contradições que implicam na manutenção de estruturas arcaicas incompatíveis com esses avanços.

## REFERÊNCIAS

ALCARÁ, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guerreiro; RODRIGUES, Jorge Luís. TOMÁEL, Maria Inês; PIEDADE, Valéria Cristina Heckler. Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 170-191, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/VJCMFJ6VVZ378jGH7mxVnXS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Fotografias no museu: uma análise de dois elementos de representação temática do banco de dados informatizado do Museu Paulista, SP. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, v. 44, n. 2, p. 301-307, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/70964/4564456558330>. Acesso em: 25 out. 2023.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Epistemologias feministas e ciência da informação: notas introdutórias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 48-75, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44463>. Acesso em: 21 out. 2023.

ALMEIDA, Carlos Cândido de; SEGUNDO MANUEL, Rosa San. Epistemologias feministas e Ciência da Informação: estudos e implicações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 76-108, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44464>. Acesso em: 30 out. 2023.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Fotografias como objeto de coleção e de conhecimento: por uma relação solidária entre pesquisa e sistema documental. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 32, p. 15-32, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001134324>. Acesso em: 10 out. 2023.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GARCIA, Elias. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193>. Acesso em: 9 out. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/fqMHsc5GNhFTgczMMnNkvDS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2023.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARTINS, Priscila Rosa; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; ALEIXO, Diana Vilas Boas Souto. Organização de arquivos pessoais: uma revisão de teoria e práticas. **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 85-108, 2023. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/77> Acesso em: 9 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de desenvolvimento sustentável: Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 15 out 2023.

SILVA, Amanda Mendes da. **A função social da representação**: uma análise da representação documentária sobre mulheres e feminismos na organização do conhecimento. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/5d3444ce0-0046-4879-ae86-8a65a955b285>. Acesso em: 21 de out. 2023.

SILVA, Bruno Sanches Mariano da. Percepções sobre a linguagem museológica do Museu Histórico de Londrina: a exposição “Cuidar, Curar, Lembrar – memória da saúde em Londrina” e as representações de mulheres. **Antiteses**, Londrina, v. 8, n. 16, p. 252–278, 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/13327>. Acesso em: 21 out. 2023.

SILVA, Stephanie Cerqueira; JORENTE, Maria José Vicentini. A semantização das representações imagéticas em ambientes digitais de museus do feminino. **Páginas a&b**: Arquivos e Bibliotecas, Porto, n. 16, p. 64-80, 2021. Disponível em: <https://ojs.lettras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/10677>. Acesso em: 21 out. 2023.

SOARES, Bruno César Brulon. Museus, mulheres e gênero: olhares sobre o passado para possibilidades do presente. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, p. e195515, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8656393>. Acesso em: 21 out. 2023.

VAQUINHAS, Irene. Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história. **MIDAS**: Museus e Estudos Interdisciplinares, [S. l.], 3, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/midas.603>. Acesso em: 19 out. 2023.